

São 735 páginas e há números de até doze dígitos

BRASÍLIA — Ainda que as prerrogativas do Legislativo, tão reclamadas pelos parlamentares, fossem devolvidas, eles teriam um imenso trabalho para mudar a proposta do orçamento fiscal de 86: trata-se de um volume de 735 páginas, com milhares de quadros cheios de números que, em alguns casos, chegam a 12 dígitos.

A proposta do orçamento fiscal estipula a receita do Governo em Cr\$ 656,1 trilhões e, pela primeira vez, absorve várias contas do orçamento monetário — uma velha aspiração das equipes econômicas dos governos Figueiredo e Geisel, que viam no orçamento unificado a melhor fórmula de administrar as contas públicas.

Assim, o orçamento fiscal de 86 engloba os gastos com os subsídios ao trigo e ao açúcar, com os encargos financeiros das dívidas externa e interna e o déficit da Previdência Social, rubricas típicas do orçamento monetário.

Pela primeira vez, o orçamento registra déficit (despesas maiores do que receitas): Cr\$ 195 trilhões, que sobem a Cr\$ 211 trilhões se forem computadas as necessidades de empréstimos externos.

A proposta orçamentária privilegia a área social, cujas verbas terão um crescimento médio de 55 por cento em termos reais (acima da inflação, prevista, na elaboração do orçamento, em 160 por cento, no próximo ano).

As áreas que receberão maiores investimentos são: Saúde (aumento nominal de 282,1 por cento sobre 85, com Cr\$ 9,7 trilhões); Educação (elevação de 315 por cento, com Cr\$ 15,6 trilhões); Habitação e Meio Ambiente (mais 232,8 por cento, com Cr\$ 3,8 trilhões). O maior índice de aumento ficará com o Programa de Reforma Agrária, que irá receber Cr\$ 2,3 trilhões, contra Cr\$ 277 bilhões este ano.